

Movimento Negro de Salvador: possíveis contribuições para a psicologia na perspectiva de seus militantes

Salvador's Black Movement: possible contributions to psychology from the perspective of its activists

Jamile Dantas Nascimento Santos

Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), Ribeirão Preto, SP, Brasil;

E-mail: jamiledantas@usp.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4995-5508>

Thais Fontes Andrade

Psicóloga, Mestranda em Educação pela Universidad de lá Empresa, Montevideu, Uruguai;

E-mail: thaiandrade@gmail.com ; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1252-6873>

Marilda Castelar

Psicóloga, Doutora em Psicologia Social e Professora Adjunta do Mestrado em Tecnologias em Saúde e do Mestrado Profissional em Psicologia e Intervenções em Saúde da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), Salvador, BA, Brasil; E-mail: marildacastelar@bahiana.edu.br ; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1628-6739>

Resumo

O Movimento Negro possui suas práticas voltadas à resistência e luta pela inclusão social da população negra, à mobilização em prol das políticas públicas que garantam o exercício da cidadania e ao enfrentamento das violações de direitos. A pesquisa teve como objetivo conhecer o Movimento Negro contemporâneo em Salvador na perspectiva de seus militantes, identificando as possíveis contribuições para as/os psicólogas/os repensarem suas práticas junto à população negra. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos recursos metodológicos foram dados secundários do banco de dados de um grupo de pesquisa composto por entrevistas semiestruturadas realizadas com militantes do Movimento Negro de Salvador – BA. A análise de conteúdo possibilitou identificar a caracterização desse Movimento Social, enfatizando suas lutas, conquistas e desafios como imprescindíveis para a população negra local, sendo explicitadas as conquistas na área da educação, saúde e valorização das pessoas negras que fazem parte da constituição do Brasil. Embora o conhecimento de que exista racismo no Brasil já seja indiscutível, ainda se faz necessário o debate de relações étnico-raciais em todos os âmbitos sociais. Assim, o estudo evidenciou aspectos que as/os psicólogas/os podem incorporar na desconstrução de práticas e teorias racistas de forma ética e compromissada com a população negra.

Palavras-chave: Movimento Negro. Racismo. Militantes. Psicologia.

Abstract

The Black Movement has its practices aimed at resistance and struggle for the social inclusion of the black population, at the mobilization in favor of the public policies that guarantee the exercise of citizenship and at the confrontation of the violations of rights. The objective of this research was to know the contemporary Black Movement in Salvador from the perspective of its militants, identifying the possible contributions for psychologists to rethink their practices with the black population. This is a qualitative research, whose methodological resources were secondary data of a database composed by semi-structured interviews with militants of the Salvador – BA Black Movement. The content analysis made it possible to identify the characterization of this Social Movement, emphasizing its struggles, achievements and challenges. The study provided an opportunity to identify the importance and contribution of the Black Movement to the local population, making explicit the achievements in the area of education, health and valorization of the black people that are part of the Brazilian constitution. Although the acknowledgement that there is racism in Brazil is already unquestionable, it is still necessary to debate racial relations in all social spheres. The study showed aspects that psychologists can incorporate in the deconstruction of racist practices and theories in an ethical and committed way with the black population.

Keywords: Black Movement. Racism. Militants. Psychology.

Introdução

Os movimentos sociais, através de muita luta e resistência, transformam social e culturalmente a história do Brasil (Gohn, 2011). Um dos movimentos de maior destaque na luta por políticas públicas, que busca a efetivação da constituição de 1988, é o Movimento Negro (MN). Esse movimento vem lutando nas últimas décadas em busca de cidadania e igualdade de direitos para uma população que, há mais de 500 anos, está à margem da sociedade. É uma população que luta todos os dias para poder existir e usufruir das mesmas oportunidades de inserção social, pois possuem seus direitos violados ao serem invisibilizados e estigmatizados por seu fenótipo, mais especificamente pela cor da pele negra e o cabelo crespo (Domingues, 2007; Pereira, 2013; Trapp, 2013).

Os militantes atuam pela inclusão social dos negros que são acometidos pelo preconceito em todos os âmbitos, sejam eles educacional, profissional, da saúde, social, político e cultural. Reivindicam oportunidades iguais de acesso à educação básica e de nível superior, aos concursos públicos, às profissões mais bem remuneradas e com maior status social, à saúde de qualidade e à moradia digna (Nascimento, 2007). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2014), os efeitos do racismo têm impactado expressivamente a sociedade brasileira. Suas formas de reprodução perversa, oriundas da escravização, segregam e estigmatizam a população negra (IPEA, 2014).

Dessa forma, o movimento contribuiu consideravelmente nos últimos anos para a construção de uma sociedade brasileira que abarcasse a cultura, a religião e a identidade negra, galgando espaços e voz política no enfrentamento do racismo (Nascimento, 2007; Trapp, 2013). Assim, pensando no fortalecimento da luta antirracista e no enfrentamento da discriminação racial existentes no país, é relevante para a sociedade que a psicologia possa conhecer e se aproximar da atuação do Movimento Negro, aproximação que poderá assegurar às/aos psicólogas/os reflexões e vivências de enfrentamento do sofrimento psíquico oriundo do racismo, contribuindo para uma produção acadêmica e uma prática psicológica ancorada num compromisso ético-político-social (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2017).

A escuta diferenciada, um olhar crítico, as análises contextualizadas e o domínio das técnicas pressupõem que sejam ferramentas indissociáveis das práxis e do viver de um/a psicólogo/a advindo dos conflitos em sociedade (CFP, 2017). Por esse contexto, este estudo proporciona a reflexão de que, ao ter consciência da atuação do Movimento Negro, a psicologia pode construir estratégias de fortalecimento em sua teoria e prática para dar suporte à população

negra, visto que o racismo, por ser um fenômeno que estruturou a formação do país (Munanga, 2004), pode causar impactos biopsicossociais na população (CFP, 2017). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo conhecer o Movimento Negro contemporâneo em Salvador, na perspectiva de seus militantes, identificando as possíveis contribuições para as/os psicólogas/os repensarem suas práticas junto à população negra.

A pesquisa apresentará, pois, o Movimento Negro contemporâneo no Brasil e em Salvador-Bahia, abordando a luta por melhores condições de vida da população negra a partir da década de 1970 até os dias atuais.

Aspectos históricos do Movimento Negro Contemporâneo

O movimento social é uma organização de pessoas com objetivos em comum, que se unem para expressar suas necessidades coletivas, políticas e culturais, tornando-se assim um instrumento de mudança social (Gohn, 2011). Foi através dessa organização da população negra que as reivindicações por cidadania se fortaleceram e ganharam espaços políticos. O Movimento Negro (MN) se caracteriza pelas lutas do povo negro a favor da denúncia das discriminações e desigualdades raciais que os invisibilizam socialmente. Como afirma Domingues (2007), aracialização vivida na sociedade é o fator de combate e enfrentamento do Movimento Negro.

Entretanto, a luta do povo negro no Brasil começou ainda de forma precária, no período escravagista, com líderes como Dandara e Zumbi dos Palmares. Essas/es líderes criaram os quilombos como forma de resistência, reivindicando a libertação dos negros escravizados. Após muitas revoltas, fugas, suicídios e assassinatos, é decretado, oficialmente em 13 de maio de 1888, pela Lei Áurea, o fim da escravização oficial. Assim, os/as negros/as enveredaram por novas lutas contra o preconceito racial e a desigualdade social, pois, agora como humanos livres, faltavam-lhes ainda ações afirmativas e políticas públicas inclusivas para existirem como cidadãos (Brasil, 1988).

Uma revolta escravista significativa ocorreu em Salvador-Bahia, em 1835, conhecida como a Revolta dos Malês, tendo como uma das grandes lideranças Luiza Mahin. Esse movimento foi composto por africanas/os escravas/os ou “livres multiétnicas/os” que lutavam contra a escravização e contra a imposição da religião católica, pois a maioria das/os envolvidas/os, principalmente suas/seus líderes, professavam a religião muçulmana (Reis, 2014). Nesse sentido, é possível afirmar que a organização dos movimentos de resistência e luta vem de longa data.

No século XIX, ocorreram muitas revoltas em busca de melhorias para a população negra, mas é somente no século XX, a partir da década de 1970, que os movimentos de resistência e enfrentamento do racismo começam a ganhar visibilidade, força e voz na denúncia da discriminação racial. A atuação do Movimento Negro cresce contra o preconceito e a desigualdade entre brancos/os e negros/os (Fernandes & Souza, 2016; Gomes, 2012).

Uma das principais ações políticas do Movimento Negro brasileiro foi despertar a consciência de uma negritude para a população negra, argumentando sobre sua participação na construção identitária nacional (Trapp, 2013). Ao corroborar com esse objetivo, o grupo Palmares, fundado por Oliveira Silveira em 1971, em Porto Alegre, lutou pela reconstrução da História do Brasil, para que o negro estivesse contemplado em todos seus aspectos, indo da construção física da sociedade aos aspectos linguísticos, religiosos e do patrimônio cultural (Pereira, 2013). Nesse aspecto, a história do Movimento Negro deve muito a Abdias do Nascimento, intelectual negro que problematizou a questão sobre a consciência da negritude, dando novo significado para a identidade negra. Sua história de vida se confunde com grandes marcos do Movimento Negro no século XX (Maia, 2012).

Nessa luta pela inserção do papel do negro na história nacional, o Movimento Negro Unificado (MNU) estabeleceu a data da morte de Zumbi, 20 de novembro, como o “Dia da Consciência Negra”, em 1978, durante sua II Assembleia Nacional, realizada em Salvador (BA) (Pereira, 2013). Essa data permaneceu como um dia que celebra a resistência e luta da população negra e representa os 365 dias de luta.

O MNU surge em 1978, na cidade de São Paulo. Através de suas lutas nas denúncias contra o racismo, as injustiças, atrocidades e contra o preconceito de cor sofrido por pessoas negras, rasgou o discurso da democracia racial, evidenciando as iniquidades entre brancos e negros, tornando-se referência nacional (Silva, 2007; Trapp, 2013). No Movimento Negro em Salvador, destaca-se o Ilê Aiyê, bloco afro da Bahia, símbolo de elevação da consciência da população negra baiana. Foi fundado em 1974, no Curuzu–Liberdade, bairro de grande população negra, tendo sua origem no Terreiro de Candomblé de Mãe Hilda dos Santos (*in memoriam*), de nação Gêge-nagô I Jitolulê Axé. O Ilê Aiyê inspirou a criação de outros blocos afros, dando nova configuração e visibilidade ao Carnaval do povo negro de Salvador (Schaun, 2002).

A partir da década de 1980, o resgate da cultura africana se tornou uma prática comum. Esse contato intensificou o sentido da identidade negra, tanto para o povo quanto para as

próprias lutas do Movimento Negro (Silva, 2007), que foi inspirado por grupos negros dos EUA e da África que lutavam por questões raciais. Os movimentos internacionais, através de suas lutas, da música negra e do movimento “*Black is beautiful*”, influenciaram positivamente os grupos negros brasileiros, fortalecendo ações políticas no processo de resistência destes. E isso proporcionou uma unificação na luta contra o racismo (Silva, 2007).

A luta antirracista, ao potencializar-se, constituiu grande marco na luta por condições dignas e humanas de saúde para a população brasileira através da Oitava Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Com isso foi assegurado o sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988, e a saúde passou a ser um direito universal para a população, independentemente de sua cor, raça, orientação sexual, religião e local de moradia (Brasil, 2013). Essa medida possibilitou conquistas para a população negra que sucederam desde então.

Nos anos 1990, o Movimento Negro estabeleceu relações com o governo, conquistando espaços e articulando-se politicamente até os dias atuais nas lutas antirracistas. Um marco dessa luta foi a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em Brasília, em 1995, arrastando milhares de pessoas e movimentos juntos no enfrentamento do racismo, denunciando a vida indigna e solicitando políticas públicas que propiciassem igualdade de direitos para população negra. Nesse período, foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da população Negra (GTI), na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH). Através desse órgão, o Movimento Negro passa a ter acesso ao Governo brasileiro, apresentando-lhe as demandas de que a população carece (Trapp, 2013).

Até então, o Brasil era representado internacionalmente como um país que tinha “democracia racial”, ou seja, era passada a suposta ideia de os brasileiros, brancos e negros, viverem igualmente, sem preconceito. Somente em 1996 é escancarada a existência do racismo no país. O Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso, assumiu no seminário internacional *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos*, a existência da discriminação racial e a necessidade de intervenção do Governo com estratégias de combate ao racismo (Pereira, 2013).

Vale salientar que o mito da democracia racial foi denunciado por alguns estudos, desde a década de 1960 por Florestan Fernandes e outros, em estudos financiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Estas pesquisas mostraram que a desigualdade social, política e econômica entre negros e brancos no Brasil era desmedida (Silva & Tobias, 2016).

A Conferência Mundial de Durban, realizada em 2001, na África do Sul, é mais um marco para a luta contra o racismo, pois transformou a história do Movimento Negro no Brasil. A conferência discutiu o racismo, a xenofobia e a intolerância. De acordo com Trapp (2013), o Movimento Negro brasileiro teve voz na conferência e conseguiu mudanças, tendo muitas de suas propostas acatadas e uma potencialização na efetivação de políticas públicas para o enfrentamento da discriminação racial.

As ações afirmativas buscaram equiparar as oportunidades entre os grupos. Através de políticas públicas criadas pelo Governo e/ou instituições privadas, tem o objetivo de combater o racismo, buscando oferecer igualdade de acesso às pessoas negras, sobretudo, na área educacional, com a inserção das cotas raciais nas universidades. A lei de cotas raciais nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 garante a reserva de vagas para alunos que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas e alunos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas, para que possam adentrar as universidades federais (Brasil, 2012, 29 de agosto).

Vale salientar que antes de essa lei ser aprovada já existiam medidas nessa direção, visando ações de inclusão para essa população nas universidades estadual e federal da Bahia, nos anos de 2002 e 2005, respectivamente. Essas medidas são necessárias, pois desde a lei que decretava o fim da escravização, as/os negras/os “recém-libertas/os” não tiveram outra lei que lhes permitissem acesso à educação e à reparação que os anos de escravização, quando eram tratados como mercadorias, lhes impediram de ter. Pelo contrário, segundo Pereira (2013), em algumas províncias no período do Império, no século XIX, existiram leis que proibiam os negros de estudar. O autor cita, em seu estudo, a lei nº 14, de 22 de dezembro de 1837, que proibia escravos e mesmo os pretos livres de frequentarem escolas públicas primárias na província do Rio Grande do Sul. Assim, as ações afirmativas são necessárias para corrigir as desigualdades raciais acumuladas ao longo dos anos.

O Movimento Negro reivindica a valorização da cultura e o reconhecimento da história do povo negro. Esse objetivo foi alcançado com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas (Brasil, 2003). Mais tarde, essa lei foi alterada incluindo também o ensino de histórias e culturas indígenas. Inserir as histórias dos negros e índios nos currículos escolares é legitimar a importância e respeito a essas culturas, assim como reorganizar e valorizar os ensinamentos delas, tornando esses grupos pertencedores e pertencentes na memória de todos os cidadãos (Pereira, 2013).

Na busca de se combater a discriminação étnico-racial nos serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foi aprovada em novembro de 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Essa Política tem como objetivo promover equidade de acesso e atendimentos em saúde para a população negra. Mais uma conquista do Movimento Negro, na superação do racismo (Brasil, 2007).

Diante do que foi exposto, alguns intelectuais, incluindo profissionais de psicologia, que também pertenciam ao MN se propuseram a produzir conhecimentos a respeito dos impactos do racismo, sobretudo do sofrimento psíquico, sendo os pioneiros na introdução das discussões de Relações Raciais na Psicologia, conforme discorreremos a seguir.

Relações raciais na Psicologia

A discussão sobre relações raciais no Brasil ainda se mostra incipiente. Apesar de superada a teoria equivocada de que os humanos poderiam ser classificados em raças, as separações das pessoas em grupos superiores e inferiores pautados nas características físicas ainda persistem no imaginário social (Munanga, 2004). Essa ideologia, socialmente construída e sustentada diariamente, embasa as práticas discriminatórias e preconceituosas contra as pessoas negras consideradas inferiores às brancas, por possuírem fenótipos diferentes.

Ao serem comparadas as características entre brancos e não brancos (negros, índios, amarelos, orientais), estabelece-se no Brasil uma hierarquização entre os sujeitos, concedendo ao grupo branco privilégios, e aos “outros grupos” exclusão. Essa relação entre eles se dá, principalmente, pela diferenciação da cor da pele, seguida da textura do cabelo, forma dos lábios e nariz. São insígnias que, segundo concebem os racistas, determinam a intelectualidade, a moral, os potenciais, a beleza e o merecimento da dignidade humana. Assim, alicerça-se o racismo (Munanga, 2004; Schucman, 2010).

O negro é representado socialmente de forma negativa. Historicamente, carrega estereótipos de que é feio, hipersexualizado, preguiçoso, potencial ao crime etc., sustentados por estudos científicos que contribuíram para a disseminação desses pensamentos racistas na sociedade. Essa representação inferiorizada do negro gerou as desigualdades sociais vividas pelos mesmos. Ou seja, essas desigualdades sociais entre os brasileiros são transversalizadas pelo fenômeno racismo e constitui a subjetivação dos sujeitos e como eles se socializam entre si (Schucman, 2010; Schucman, Nunes, & Costa, 2015).

Por muitos anos no Brasil, a discussão do racismo foi tida como um problema do/a negro/a. Nas discussões de relações raciais não se questionavam as posições das pessoas que representavam o padrão. Apenas eram problematizadas as pessoas que sofriam as consequências dessa marginalização. Atualmente, as produções do conhecimento buscam desnaturalizar a discriminação e o preconceito, passando a implicar o branco nos debates, colocando em discussão a identidade branca.

Como afirmam Bento e Carony (2014), a racialização da sociedade inclui negros e brancos; por isso, a forma de se posicionar no mundo e os lugares que ocupam precisam ser discutidos em paralelo, implicando os brancos nas discussões, pois não problematizar os privilégios desse grupo juntamente com as exclusões dos negros é uma forma de concordar com a permanência das desigualdades raciais e sociais. Assim, as autoras trazem o conceito de branquitude como sendo as formas de privilégios e benefícios simbólicos e materiais concedidos às pessoas brancas em todos os âmbitos da vida (Bento & Carony, 2014).

Alguns autores se debruçaram sobre a temática para abordar aspectos da subjetividade dos/as negros/as estabelecido a partir do racismo. Como exemplo, Isildinha Nogueira (1998) em seus estudos afirma que a constituição dos sujeitos negros é determinada psiquicamente pela estigmatização racial independentemente de sua classe social. Sousa (1983) corrobora essa afirmação ao dizer que a pessoa negra ao crescer em uma sociedade racializada, onde o padrão a ser seguido é o corpo branco, passa a se ver como sujeito em privação. Assim, passa a viver com a falta da brancura, evitando acessar em si mesmo qualquer aspecto que o faça reconhecer-se como o corpo não aceito.

Embora estudos tenham avançado nessa temática, e muitos autores tenham se debruçado na produção do conhecimento, a implicação dos brancos nas discussões de relações raciais ainda se faz necessária para uma efetiva desconstrução de mentalidades racistas. É preciso inovar os debates e práticas profissionais que visem modelos de atuação junto à população negra, para assim subsidiar as demandas étnico-raciais.

Método

O presente estudo se caracterizou por uma pesquisa qualitativa. O processo de produção do conhecimento se deu na relação entre o teórico e o empírico e na articulação entre pesquisador e pesquisado, pois o processo de produção se baseou na fala e no sentido da fala do sujeito, assim como no envolvimento do mesmo (González-Rey, 2002).

As entrevistas utilizadas nesse estudo se configuram como dados secundários de um projeto maior intitulado “Atuação dos profissionais de saúde e dos movimentos sociais nos conselhos e nas políticas públicas”, disponibilizadas no banco de dados do grupo de pesquisa do referido projeto. Constavam no banco de dados mais de 50 entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio e devidamente transcritas com militantes dos movimentos sociais, realizadas entre 2014 e 2017, em Salvador-Bahia. O critério de inclusão foi selecionar as entrevistas com os militantes do Movimento Negro de Salvador, ou seja, pessoas reconhecidas por suas contribuições e/ou com aquelas que se intitularam “militantes” do Movimento Negro. Foram selecionadas nove entrevistas e seis utilizadas para análise.

As entrevistas continham roteiros gerais sobre a atuação do Movimento Negro com suas principais conquistas e dificuldades encontradas, seu envolvimento e significado na participação. Além de perguntas sociodemográficas, continham também perguntas relativas ao racismo, à desigualdade social e a atuação e reivindicação das políticas públicas para o bem-estar da população negra.

Das entrevistas selecionadas para análise, quatro foram feitas com militantes mulheres e dois militantes homens, com idades entre 32 e 49 anos. Destes, quatro são naturais de Salvador, um de Senhor do Bonfim (BA) e um não foi identificado; três pertencem à religião candomblé, um à evangélica e dois não identificaram; todos/as se autodefiniram como negros/as; quanto ao grau de escolaridade seguida de profissão, uma possui doutorado-socióloga, uma mestrado-psicóloga, três possuem nível superior completo-advogada, gestão social e advogado/professor e uma possui segundo grau completo. Quanto ao tempo de militância, varia entre 11 e 29 anos.

O projeto que subsidia este estudo estava aprovado no Comitê de Ética, apresentando o CAAE: 33098814.0.0000.5544. Foram respeitados os princípios éticos em pesquisa de acordo com a resolução 466/2012 (Brasil, 2012, 12 de dezembro). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Para preservar o sigilo dos/as militantes participantes da pesquisa, e de acordo com a resolução, foram utilizados nomes fictícios inspirados em personalidades negras que tiveram importância na história e no desenvolvimento da ciência. O intuito de se utilizar Nomes como o de Dandara, companheira de Zumbi dos Palmares na luta contra a escravização no Brasil, e de Inventores e Cientistas Negras e Negros é dar visibilidade às mesmas, pois Eles e Elas, enquanto pessoas negras, são exemplos de luta e conquista na ocupação de espaços de prestígios na hierarquia social, lugar que, no ideário sociocultural, é associado à ocupação apenas de pessoas brancas. Assim, a primeira entrevistada

foi nomeada Patrícia Era Bath; a segunda, Dandara; a terceira, Enedina Alves Marques; o quarto, André Rebouças; a quinta, Hilária Batista de Almeida, e o sexto entrevistado foi nominado Teodoro Sampaio.

Análise dos dados

Utilizou-se nesse estudo a análise de conteúdo segundo Bardin (2009). Após ouvir o som e serem feitas leituras flutuantes das nove entrevistas selecionadas, optou-se por utilizar apenas seis das transcrições, pois se evidenciou uma repetição dos dados e falta de novas informações que respondessem ao objetivo de pesquisa, chegando-se ao ponto de saturação, como refere a autora. Das seis entrevistas utilizadas, foi possível criar uma única unidade de análise, que deu origem a duas categorias: A primeira foi: *Caracterização do Movimento Negro em Salvador* – nesta categoria, buscou-se identificar como os/as militantes concebem e representam a forma de organização do povo em busca de qualidade de vida para a população negra, fazendo emergir, assim, a subcategoria: O racismo existe no Brasil.

Foi, portanto, por causa da existência do racismo que o Movimento Negro surgiu com o propósito de enfrentamento e denúncia desse fenômeno. Assim, a segunda categoria configura-se como: *Conquistas e desafios do Movimento Negro* – na qual se buscou conhecer as atuações dos/as militantes nas lutas por inserção social e direitos das pessoas negras, enfatizando a importância de suas conquistas e os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Nessa categoria de análise surgiram subcategorias que resumem a atuação dos/as militantes em quatro eixos: Identidade e valorização da beleza negra; Mobilidade social, política e acadêmica; Ações afirmativas; Saúde da população negra.

Resultados e discussão

Após a análise das entrevistas, os resultados, em consonância com intelectuais e ativistas negros/as (Gomes, 2012; 2017; Nascimento, 2007), de modo geral, expressam como o MN foi e continua sendo propulsor de uma mentalidade antirracista, que repense ideologias e práticas segregacionistas a fim de mexer em estruturas socioculturais racistas.

Nesse sentido, o que o MN pode ofertar aos profissionais de psicologia para atuarem junto à população negra? Evidenciou-se que as/os profissionais de psicologia, ao dialogar com movimentos sociais antirracistas, podem aprender as especificidades da população acometida pelo racismo e, assim, compreender a importância de se promover um atendimento psicológico

clínico, social, hospitalar, esportivo, comunitário, escolar ou até mesmo organizacional pautado na intencionalidade de romper com práticas racistas. De acordo com os seus militantes, o MN reivindica da sociedade baiana um novo olhar para a identidade e para a história da população negra que não seja perpassado pela ótica perversa do racismo. Os militantes lutam diariamente por uma nova perspectiva de vida que permita às pessoas negras existirem como são (com sua cor, seu cabelo, seu fenótipo) sem ter que sucumbir à ditadura do embranquecimento. Desse modo, os resultados podem possibilitar às/aos psicólogas/os conhecer como o racismo atravessa a população negra e quais são as estratégias de resistência e enfrentamento que ela utiliza na luta contra os danos psíquicos que uma sociedade racializada pode ocasionar.

Essa racialização dos grupos em brancos e negros vai determinar a construção da subjetividade de cada pessoa refletindo a construção da identidade, as condições de saúde emocional e física, educação, moradia, emprego e segurança pública (Fanon, 2008; Fernandes & Souza, 2016). A psicologia, sendo um espaço que trabalha com as questões identitárias dos sujeitos, que tem o conhecimento dos marcadores sociais e da interferência destes no processo subjetivo de construção da identidade (CFP, 2017), tem conhecimentos e condições de criar estratégias, técnicas, manejos para o fortalecimento desta ação, sendo um espaço de potência para isso. E isso, claro, se os profissionais tiverem embasamento, vivências e conhecimentos a partir do que traz o próprio MN.

A identidade é construída através do processo de interação na qual nos estabelecemos com os outros, sendo que a identidade pessoal é concebida a partir da identidade social. Assim, a pessoa negra é compreendida de acordo como seu grupo étnico: ela é vista dentro de uma sociedade excludente, que determina a superioridade de grupos brancos e a inferioridade de grupos negros pelas características físicas (Fernandes & Souza, 2016). Diante disso o MN busca trazer a consciência da negritude como algo bom, a valorização do povo negro, e busca exatamente fortalecer uma construção de identidade saudável, tentando quebrar os marcadores sociais existentes há séculos.

Caracterização do Movimento Negro em Salvador

O MN contemporâneo se apresenta de diversas formas na sociedade, pois, apesar de estarem embalados em um mesmo objetivo que é o enfrentamento do racismo (Gomes, 2017), suas ações e formas de organização se diferem e se mostram com características peculiares

(Silva, 2007). Assim, pode-se considerar que em Salvador não existe um único movimento, e sim Movimentos Negros, no plural, já que, como salienta a militante abaixo:

Falar “o movimento negro” é muito difícil. A gente não tem “um movimento”, não é um grupo homogêneo. Não dá para falar em ‘movimento’ porque são várias organizações que estão juntas e muitas vezes com pensamentos discordantes e ênfases diferentes. Mesmo que o enfrentamento do racismo seja uma dimensão comum em todas elas, há perspectivas diferentes. (Primeira Entrevistada – Dandara).

Nesse sentido, Silva (2007) conceitua o MN enquanto um conjunto de grupos e entidades políticas diversificadas que, ao mesmo tempo em que se unem por um ideal comum que é o combate ao racismo, possuem diferenças e disputas internas. Estar em um mesmo movimento social não significa que todos pensam e agem da mesma forma. O militante abaixo corrobora com tal multiplicidade e traz exemplos das diferentes formas na qual os grupos podem se caracterizar como um movimento a favor da população negra.

O Movimento Negro tem uma característica significativa porque, sendo um movimento de todo um povo, ele não se confunde com uma forma organizativa determinada. O movimento para mim tanto é um grupo que formalmente se reivindica enquanto tal, como é movimento negro um terreiro de candomblé, um grupo de capoeira, os grupos de hip hop que hoje se organizam na periferia, os grupos de samba. A organização de qualquer manifestação com natureza étnica e de questionamento aos valores hegemônicos me parece digno de ser tratado e considerado como movimento negro (Quarto Entrevistado - André Rebouças).

Em consonância com os militantes, Gomes (2012) caracteriza o MN como uma organização que busca um espaço de existência do povo negro na sociedade. Trapp (2013) corrobora essa afirmação ao entender os movimentos sociais como ferramenta efetiva de que os grupos desfavorecidos dispõem para buscar a garantia de seus direitos, construindo ações de resistência à exclusão e reivindicando inclusão e equidade social.

O racismo existe no Brasil

Segundo Munanga (2004), o racismo foi basilar na formação do Brasil, resultando numa relação hierarquizada entre os grupos devido ao seu pertencimento étnico. Assim, o racismo no país é o causador da grande desigualdade social entre brancos e não brancos (Fernandes & Souza, 2016; Gomes, 2017), além de ser o responsável pela morte simbólica e real (física) da população negra. Ainda de acordo com o autor, o racismo no Brasil é um crime perfeito ao promover o genocídio da população negra não apenas de forma explícita, mas também de forma sutil, aniquilando o campo subjetivo, emocional e social, antes mesmo de matar literalmente (morte do corpo físico) (Munanga, 2004).

Como aponta Sawaia (2014) o “corpo é matéria biológica, emocional e social, sendo a sua morte não apenas biológica (falência dos órgãos), mas também se configurando em uma morte social e ética” (p. 103). Essa morte biológica e simbólica pode ser constatada acometendo as pessoas negras, pois, de acordo com a análise do Atlas da violência de 2018 (IPEA, 2018) e com o IPEA (2014), respectivamente, mais de 70% dos assassinatos ocorridos por ano no país foram de pessoas pretas e pardas, e os maiores índices de pobreza e vulnerabilidade social seguem sendo também ocupados por pessoas pretas e pardas.

O IPEA (2014), que teve como objetivo analisar a vida social da população negra, ressalta que esses indicadores sociais ainda são consequência de uma sociedade brasileira que sempre negligenciou e ainda subestima o racismo como estruturante das desigualdades sociais. A estrutura racista em que o Brasil foi constituído – exploração e genocídio das pessoas africanas escravizadas e dos povos originários do continente americano – determina que a população negra, antes de morrer fisicamente, já vivencia uma morte social por não ter sua dignidade humana assegurada pelo Estado, proveniente da cristalização da ideologia de raça socialmente instituída que discrimina pessoas afrodescendentes com características físicas negras no país (Munanga, 2004; Schucman, 2010).

Ainda de acordo com o IPEA (2014), a participação dos movimentos sociais no enfrentamento do racismo está pautada na superação de comportamentos e atitudes, tanto pessoais quanto institucionais, e no esforço de mudar os pensamentos que selecionam ou excluem as pessoas de acordo com seu pertencimento racial. Assim, todos/as os/as militantes entrevistadas/os trazem em seus discursos a necessidade de cessar o racismo, como se exemplifica na fala a seguir:

[...] hoje não há mais espaço para um discurso do tipo que não temos racismo. Podemos divergir quanto à intensidade, quanto às formas, podemos discutir quais são os recursos mais adequados para corrigir, mas há um reconhecimento generalizado de que há racismo e que tem de combatê-lo, e, isso é um mérito do Movimento Negro. (Quarto Entrevistado - André Rebouças).

Outra forma de luta e resistência explicitada pelos/as militantes são as ações sociais que as religiões de matriz africana desenvolvem nas comunidades. Muitas vezes os terreiros de candomblé assumem ações sociais para a população que deveriam ser asseguradas pelo Estado, como expõe a militante:

Eu atuo muito mais enquanto yalorixá na minha comunidade do que dentro do governo. A yalorixá consegue levar uma mulher negra que foi espancada na delegacia, consegue dar cestas básicas [...] no

governo eu fico um mês e não consigo uma página de atuação (Quinta Entrevistada - Hilária Batista de Almeida).

Entretanto, apesar de desempenhar um papel social fundamental para a sociedade, as Mães de Santos têm que conviver diariamente com o racismo que também se expressa através da intolerância religiosa, como coloca a militante abaixo:

Todos os dias têm um caso de racismo devido a nossa religião e a gente não tem uma delegacia especializada porque, quando a gente procura a polícia e o delegado e os agentes são evangélicos, eles dizem “ah, isso é briga de vizinho”, não reconhecem como intolerância religiosa. (Quinta Entrevistada - Hilária Batista de Almeida).

Embora ainda haja discursos que contrapõem a existência do racismo na sociedade brasileira, Nogueira (2019) evidencia que a população negra ainda é discriminada e morta por professarem suas crenças, sua religião. A intolerância religiosa é um dos maiores desafios enfrentados no Brasil pela população negra que professa religiões de matriz africana (Nogueira, 2019). Uma grande pauta de luta do MN é o racismo religioso, como afirma o entrevistado: “Nossa prioridade é o combate ao racismo e a intolerância religiosa, dois pilares importantes que nós não podemos perder de vista. O combate à discriminação, combatendo também a intolerância religiosa” (Teodoro Sampaio).

Segundo os/as militantes, se não fosse o Movimento Negro denunciando o racismo religioso e o racismo institucional, por parte do Estado, dos profissionais de saúde, da polícia militar etc., a desigualdade racial continuaria a imperar de forma sutil, sem o mínimo de visibilidade. Portanto, essa categoria possibilitou perceber que o MN derruba ideologias racistas, tira as máscaras da colonização, desconstrói paradigmas preconceituosos (Nascimento, 2007). Assim, conhecendo e apreendendo as pautas do MN, as/os psicólogas/os aprendem a desenvolver uma mentalidade e uma prática antirracista em seus espaços de atuação. A partir do que foi exposto do MN, o primeiro passo para uma atuação assim é reconhecer que o racismo existe e que, de acordo com Munanga (2004), é estruturante das relações em nossa sociedade como o MN tornou evidente. Por conseguinte, isso implica promover um atendimento clínico, psicológico que cuide e reconheça os atravessamentos que o racismo impõe na saúde mental, na formação da identidade, na construção da subjetividade, da autoestima, dos processos cognitivos, na obtenção de qualidade de vida etc., de pessoas não brancas.

Conquistas e desafios do Movimento Negro

Para a compreensão de aspectos relevantes do Movimento Negro em Salvador, foi preciso entender como os membros entrevistados definem o movimento e sua militância, assim como sua luta para revelar a existência do racismo na sociedade. A presente categoria explicita as conquistas e os desafios que o MN vem galgando para assegurar uma identidade positiva, conhecimento e ascensão social, educação e saúde dignas à população negra.

Identidade e valorização da beleza negra

A valorização da identidade negra é uma conquista e ainda uma luta que dialoga com outras esferas sociais (Nascimento, 2007). A afirmação da Identidade negra é bastante visível na cidade de Salvador:

[...] jovens do Curuzu criaram um movimento dialogando com os países africanos, com Caribe e com a América do Norte. Por isso que eu digo que a gente não deve nossa liberdade a ninguém. Nos últimos 40 anos, a gente sacudi esse país, e hoje a grande vitória é uma menina negra ter coragem de botar um *black* e sair porque isso não era possível. Por isso que eu considero esse movimento vitorioso. (Primeira Entrevistada - Patrícia Era Bath).

Para o/a negro/a, reconhecer sua negritude e ser aceito pelos brancos é uma luta diária, pois essa população se depara a todo o momento com signos e imposições de padrões de beleza, de uma estética branca e europeia a ser seguida, em detrimento de sua cultura, sua identidade e sua religião (Nascimento, 2007). A entrevistada a seguir salienta:

Me fortaleço em poder assumir o meu papel enquanto mulher negra de direito e ter legitimidade para falar do crime que é o racismo. Eu consigo falar de leis, consigo falar de artigos com legitimidade, porque assumir a negritude não é colocar turbante, nem deixar o cabelo negro [crespo] é você, além de assumir que é negro, é buscar coibir esse racismo e fazer com que os jovens não embranqueçam sua pele nem a sua alma. (Quinta Entrevistada - Hilária Batista de Almeida).

De acordo com os militantes, a afirmação da beleza e da cultura negra só foi possível quando a força do MN começou a ocupar os espaços reivindicando um lugar de existência para seu povo na sociedade, com suas diferenças e pluralidades, como mostra o entrevistado a seguir:

Eu tinha uma autoestima muito baixa. E quando a gente participa das reuniões do Movimento Negro, quando a gente começa a compartilhar situações, eu vejo que dentro do Movimento é um espaço de levantar a autoestima do negro, do jovem negro, da mulher negra. (Sexto Entrevistado - Teodoro Sampaio).

Como afirma Frantz Fanon em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008), a pessoa negra ao se olhar no espelho vê o corpo que não tem. O que ela vê é um corpo negado por não corresponder ao físico admirado socialmente, o que impacta na construção de sua

subjetividade ao colocar a raiva e o excesso de afeto contra si mesmo, gerando um sentimento de inferioridade. Assim, passa a buscar possibilidades de se embranquecer (Fanon, 2008). A intelectual negra e psicanalista Neusa Santos Sousa (1983), em consonância com o autor, afirma que o povo negro, ao se comparar com o modelo ideal supremacista branco, se constitui subjetivamente com baixa autoestima, sentimento de autodesvalorização, angústia e dificuldade de autoafirmação, pois, ao não corresponder a esse padrão do imaginário socialmente construído, passa a negar a si mesmo e a tudo que represente esse “estar fora da norma” (Sousa, 1983).

Ainda são incipientes práticas que atuem contra a estigmatização de pessoas não brancas, principalmente no âmbito acadêmico, onde a própria construção do conhecimento poderia dirimir a propagação do ideário de brancura. Nesse sentido, a psicologia pode contribuir com a desconstrução de estereótipos, utilizando dos seus conhecimentos para a construção de práticas que possam trabalhar com a identidade desse povo, com a valorização de características próprias, e com o processo de autoafirmação. A psicologia pode ofertar esta contribuição junto à população negra e auxiliar o MN a trabalhar nesta esfera.

Mobilidade social, política e acadêmica

Os espaços de poder entre os brasileiros são permeados pelo racismo. Os altos postos de trabalho nas empresas e nos governos, em sua maioria, são ocupados por brancos, e isso significa que os benefícios históricos de privilégios possuem uma cor e uma classe. A existência de pessoas negras nesses espaços é pouquíssima. Quando são encontrados, pode-se observar seu grau de embranquecimento em suas posições políticas e em suas relações interpessoais com seus iguais, o que por si só já fala “do preço pago para sua ascensão” (Sousa, 1983). Nesse sentido a militante relata:

Atualmente, a gente tem avançado muito e para o futuro é preciso colocar homens e mulheres negras no poder para assinar leis, porque não adianta a gente ter visibilidade da fala de mulheres negras empoderadas e não ter o direito à caneta. A caneta na mão de um branco se torna um chicote para o nosso povo. (...) Minha perspectiva é que a gente tenha um presidente, uma presidente negra. (Quinta Entrevistada - Hilária Batista de Almeida).

O acesso a alguns cargos na sociedade se mostra impossível para pessoas não brancas ocupar, não por falta de competência e inteligência, mas pelo preconceito e discriminação oriundos do grande crime hediondo que foi a escravização de pessoas negras africanas, legitimada pelo racismo (Munanga, 2004; Nascimento, 2007). A importância de os negros ocuparem todos os espaços e serem representados em todas as instâncias sociais sempre foi pauta

da atuação de Abdias do Nascimento, criador do Teatro Experimental do Negro (TEN) (Maia, 2012), ao afirmar que a ocupação dessas esferas sociais era estratégica, já que, além de permitir representatividade e valorização da identidade, é uma forma de conseguir mudanças e mobilidade social para as pessoas negras (Maia, 2012).

Da mesma forma, os blocos afros de Salvador também valorizam e promovem essa ascensão, conforme relata a militante abaixo:

Se não fosse o recorte do Movimento Negro, certamente eu não teria me formado... se não fosse o movimento social, se não fosse o Ilê Aiê, a Banda Didá, as filhas de Gandhi, os blocos afros e afoxés que vem com toda essa leitura, com essa carga de conteúdo histórico, escravagista, de luta e de sofrimento ao mesmo tempo, certamente eu não teria continuado na faculdade. (Terceira Entrevistada - Enedina Alves Marques).

Para os/as militantes, estar sob a orientação de um bloco afro lhes proporcionou uma tomada de consciência de suas possibilidades e direito à mobilidade social, que alcança desde a positivação de suas características negras até a ascensão acadêmica e de classe social. Ao referir os blocos afros, destacaram que a maior valorização que os mesmos permitem é o reconhecimento do potencial da população negra, que vai da estética ao intelecto. Em Salvador, essa valorização é vista principalmente pelo bloco Ilê Aiyê, que de acordo com Schaun (2002) tem há mais de 40 anos como objetivo o resgate da autoestima, elevação da consciência negra e a preservação e expansão da cultura afro-brasileira.

A consciência da negritude possibilita ao povo negro a construção de uma identidade saudável, onde as pessoas possam se valorizar, se reconhecer de forma positiva e assim poder ter uma autoestima melhor. Os marcadores sociais estabelecem limites que ousam demarcar onde cada pessoa pode se posicionar. Através destes limites os sujeitos constroem suas identidades (Fernandes & Souza, 2016). Valorizar a negritude, reconhecendo suas marcas sociais e culturais, e trazer que a população negra precisa mexer nesses marcadores, tem sido um dos trabalhos do Movimento Negro. A psicologia pode se conectar a este trabalho, conhecendo estes pontos de ação do movimento, e contribuir nessa tarefa de forma muito efetiva, fornecendo seus conhecimentos e técnicas.

Como já apresentado no artigo de Schucman, Nunes e Costa (2015), é difícil encontrar matérias no campo acadêmico, principalmente na psicologia, que trabalhem com a temática racial, o racismo, e a forma como este afeta os negros de forma social, política e subjetiva. A psicologia vem trazendo a importância da sociopolítica na construção do sujeito, mas as questões raciais da população Negra continuam sem muita visibilidade. Como trazem as autoras, a

psicologia deveria ser uma das áreas-chave de conhecimento para se pensar, discutir e enfrentar o racismo, visto que este é promotor de sofrimento. Precisa-se convocar a psicologia para olhar para esta temática de forma efetiva, pensando em construção de práticas. O MN pode contribuir para que a psicologia tenha acesso a isso de forma mais efetiva, real e vivencial, trazendo as suas experiências e ações.

Ações afirmativas

Relevantes conquistas para a população negra se deram a partir de ações afirmativas que visavam equidade entre os grupos brasileiros. A entrada dos/as negros/as nas instituições de ensino superior é um grande marco para a sociedade brasileira. Garantir que a população negra possa adentrar esses espaços é reconhecê-los como cidadãos, humanos e iguais, pois até os dias atuais repercute no imaginário social que o negro nasceu para servir ao branco, como constatou a intelectual negra, historiadora e militante Beatriz Nascimento, ao analisar a situação do/a negro/a no Brasil (Nascimento, 2007). Os/as militantes trazem em seus discursos como as ações afirmativas tiveram um caráter transformador na educação brasileira:

Acho que tem uma revolução vindo aí porque a gente tem estudantes negros e pobres cada vez mais nas universidades e conscientes disso. Então as pautas que antes eram de uma perspectiva que falava sobre a comunidade, hoje é a comunidade falando por ela dentro da própria universidade, que traz outras pautas, outras perspectivas de profissionais atuando, de difusão do conhecimento, de produção de conhecimento. Então isso tem um caráter revolucionário. (Segunda Entrevistada - Dandara).

O caráter revolucionário a que a militante se refere significa que as ações afirmativas, principalmente na educação, deram início a uma série de ações que possibilitaram o acesso dos/as negros/as a diversos espaços na sociedade, propiciando ascensão social e tomada de consciência da legitimidade dessa ocupação. As medidas que o país tomou, inclusive através das cotas raciais na educação de nível superior, buscaram equiparar a dívida histórica que se iniciou no século XVI (Brasil, 2010).

As cotas proporcionaram ao povo negro a oportunidade de migrar da base da pirâmide social, lugar que ocupam as profissões manuais que não exigem estudos de nível superior e estigmatizados socialmente, para alcançar profissões de maior prestígio social, ocupadas em sua maioria por pessoas brancas. Embora essa mobilidade tenha permitido avanços, o IPEA (2014) aponta que a ascensão econômica e social da população negra persiste em desvantagem ao ser comparada com os brancos.

Atualmente no Brasil, vive-se um período de grandes retrocessos políticos, inclusive no que diz respeito às garantias de direitos à educação conquistada pelo MN. A lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), foi considerada não obrigatória, com efeitos de retrocessos incalculáveis. A obrigatoriedade dessa lei foi essencial para as discussões de relações raciais implicando negros e brancos no processo de desconstrução dos conceitos racistas e estigmatizantes herdados de séculos anteriores. Hoje, essa conquista voltou a ser um desafio para o MN, que tanto lutou por esse reconhecimento.

Saúde da população negra

A luta do MN pela saúde da população negra tem avançado bastante nos últimos anos. Poder reconhecer as especificidades que essa população tem na área da saúde é tratar com igualdade os desiguais, promovendo equidade em saúde para a população. Os/as militantes afirmam que os desafios são grandes, por isso a luta é constante: “A gente tem a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Juntando uma série de embates, enfrentamentos e muita resistência, mas a política está aí, está legitimada e isso é um grande avanço [...]”. (Segunda Entrevistada - Dandara).

Os/as militantes reconhecem a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) como uma das grandes conquistas na área da saúde. Faz-se necessário reconhecer a vulnerabilidade social em que se encontram para poder intervir de forma eficaz nas especificidades dessa população. Para isso, a PNSIPN busca ações efetivas para reduzir os indicadores de morbimortalidade por diabetes *mellitus*, hipertensão arterial, tuberculose, HIV/AIDS, hanseníases, dentre outras, além da doença falciforme (Brasil, 2007).

É imprescindível que os profissionais de saúde busquem meios de enfrentamento do racismo e da discriminação que impactam no atendimento às pessoas negras e em suas diversas dimensões (CFP, 2017). Deve-se considerar que a esfera da saúde mental sofre um grande impacto também devido à existência de discriminação e exclusão que a população negra vivencia. É preciso que profissionais deste campo considerem o sofrimento psíquico oriundo do racismo e que construam práticas, ações e fundamentações que estejam evidentes, para que se possam construir as tais estratégias de enfrentamento necessárias.

Considerações Finais

Os/as militantes explicitaram a importância de que todos os órgãos e campos da esfera social reconheçam o racismo como fenômeno estruturante da desigualdade social e, conseqüentemente, da constituição de identidade e subjetividade entre as pessoas negras e brancas. A psicologia, por ter uma escuta e olhar aguçado para a subjetividade, deve estar atenta ao sofrimento da população negra ao viver, sob imposições de uma sociedade branca, as estratégias de aniquilamento psicossocial perpetuado pelo racismo.

Reconhecer o fenômeno é colocar-se à disposição de criar ferramentas em busca de uma sociedade mais equânime, cidadã e justa. Para isso, nada mais digno do que se aproximar de quem e aprender com quem tem essa trajetória de luta há muito tempo. Assim, compreender a atuação do Movimento Negro possibilita identificar mecanismos de enfrentamento da discriminação racial e do preconceito social no fazer de cada cidadão e de cada profissional.

O racismo mata. O racismo, quando não mata fisicamente, mata simbolicamente, pois introduz no psiquismo negro a dor de não poder existir com suas diferenças plurais, o que, por si só, já é o causador de tanta riqueza e beleza brasileira. Cuidar da educação e de práticas reparadoras, possibilitando acesso aos bens sociais e a um tratamento com equidade por partes dos profissionais de saúde é uma ação antirracista que busca implementar a igualdade de direitos pertencentes a todos, independente das características étnicas/raciais. Embora muitas pessoas discurssem que o racismo é um assunto saturado, transversalizar de fato o debate das relações raciais nos cursos de graduação e pós-graduação ainda é um desafio a ser superado.

A práxis das/os psicólogas/os no atendimento à saúde mental é de extrema importância, pois o racismo se perpetua nas possibilidades materiais e simbólicas que afetam os negros na exclusão e/ou inclusão perversa e atinge os brancos nas formas de privilégios. Mas é importante salientar que as formas de atuação podem ser mais amplas, alcançando todos os âmbitos da vida, para uma intervenção não apenas com o foco no sujeito, mas em grupos, comunidades, instituições públicas e privadas, buscando combater práticas e teorias segregacionistas e atuando na desconstrução da crença de superioridade e inferioridade de um grupo em relação ao outro.

Portanto, ao conhecer a militância do Movimento Negro, percebe-se que houve avanços, mas que os desafios se fazem presentes. Ainda se faz necessária a denúncia contra o racismo e contra as discriminações sofridas pelas pessoas negras, atualmente disfarçadas e sutis, mas ainda extremamente opressivas, que impactam na subjetividade humana. É necessário compreender a importância de os/as profissionais de Psicologia conhecerem as especificidades que o racismo

perpetua na vida da população negra, para poder contribuir de diversas formas para e com Os Movimentos Negros, assim no plural, pois este estudo também proporcionou uma reflexão a respeito de os militantes soteropolitanos entenderem o MN como grupos heterogêneos e plurais.

Referências

- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bento, M.A.S., & Carony, I. (2014). *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (6ª. Ed.). Petrópolis: Vozes.
- Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. (1888, 13 de maio). Declara extinta a escravidão no Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm#:~:text=Declara%20extinta%20a%20escravid%C3%A3o%20no,o%20Imperador%2C%20o%20Senhor%20D.&text=1%C2%B0%3A%20%C3%89%20declarada%20extincta,lei%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brazil.
- Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (2003). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm
- Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm
- Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Brasília, DF: SEPIR, Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

- Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 12 (23), 100-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (L. R. Gordon, Trad.). Salvador: EDUFBA. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/frantz-fanon-pele-negra-mascaras-brancas-download/>.
- Fernandes, V. B., & Souza, M. C. C. C. (2016). Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (63), 103-120. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- Gomes, N. L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando uma raça. *Educação & Sociedade*, 33 (120), 727-744. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>
- Gomes, N. L. (2017). *O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas*. Araraquara: UNESP.
- González-Rey, F. L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Ilê Aiyê Oficial (2020). *Mãe Hilda Jitolú guardiã da fé e da tradição africana*. Recuperado de <http://www.ileaiyeoficial.com/mae-hilda-jitolu/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2014). *Situação social da população negra por estado*. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, IPEA. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacao-social-populacao-negra.pdf
- Instituto Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2018). *Atlas de Violência de 2018*. Rio de Janeiro: Cerqueira, D. (Coord.). Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432
- Maia, M. (2012). *Abdias: Raça e luta* [Arquivo de Vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=sYLzhTyqt2U>
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb*, 59. Recuperado de

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/uma-abordagem-das-nocoos-de-raca-racismo-e-etnia/73401>

- Nascimento, B. (2007). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Em A. Rattz, *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento* (pp. X-X). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto Kuanza.
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do Corpo Negro* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://www.ammapsique.org.br/baixex/corpo-negro.pdf>
- Nogueira, S. (2019). *Intolerância Religiosa*. Coleção Feminismos Plurais. Rio de Janeiro: Editora Jandaíra.
- Pereira, A. A. (2013). Movimento negro contemporâneo, memória e educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX. Em ANPUH (Org.). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História* (pp. 1-11). Natal, Rio Grande do Norte. Recuperado de http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364333306_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2013
- Reis, J. J. (2014). Há anos: uma revolta escrava de 1814 na Bahia. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 15(28), 68-115. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2237-101X015028003>
- Sawaia, B. (2014). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (14a. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Schaun, A. (2002). *Práticas Educomunicativas: grupos afro-descendentes, Salvador-Bahia: Ara Ketu, Ilê Aiyê, Olodum e Pracetum*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Schucman, L. V., Nunes, S. S., & Costa, E. S. (2015). A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*. <https://doi.org/10.11606/10.1590/0103-6564A20132413>.
- Silva, M. L. (2007). *A história no discurso do Movimento Negro Unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo* (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278856>

Silva, R., & Tobias, J. S. (2016). A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (65), 177-199. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i65p177-199>

Sousa, N. S. (1983). *Tornar-se Negro*. (2a. ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Trapp, R. P. (2013). Espectros raciais: uma história do Movimento Negro contemporâneo no Brasil. *Estudos Históricos*, 26(52), 519-522. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200013>

Recebido em: julho de 2021

Publicado em: dezembro de 2021